



POLÊMICA Acusado de corrupção, Maurício Marinho (foto à esquerda, ao microfone) depõe na CPI dos Correios e sugere que investigação seja dirigida também à diretoria da estatal

CPI convoca Roberto Jefferson, secretário do PT e publicitário

Lista de convocados inclui também ex-secretária de agência, dois ex-diretores dos Correios, empresário responsável pela gravação de fita na estatal e militar que teria chantageado ex-presidente do PTB



MANIFESTO Renan Calheiros, ao lado de Suplicy e Mercadante, recebe documento de 40 entidades sociais

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investiga denúncias de corrupção nos Correios marcou para o dia 29 a audiência do deputado Roberto Jefferson, ex-presidente do PTB. Ele foi apontado como envolvido em esquema de corrupção na estatal. Dois ex-diretores dos Correios, Antônio Osório e Maurício Madeira, comparecerão à CPI no dia 28. Para amanhã, está previsto o depoimen-

to do empresário Arthur Waschek Neto, responsável pela gravação da fita em que Maurício Marinho, ex-chefe de departamento dos Correios, aparece recebendo R\$ 3 mil. Ontem, Marinho depôs na CPI até as 23h30. Hoje, às 9h, ele retorna à comissão para continuar o depoimento.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu documento em que várias entidades protestam contra suposta tentativa de desestabilizar o governo.

Páginas 3 a 5

Comissão propõe uso do FAT para financiar bolsas

Página 2

Aprovada renegociação de dívidas do campo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem projeto que autoriza a repactuação e o alongamento de dívidas contratadas por agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste e de alguns municípios situados na área de

atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A proposta prevê a renegociação de dívidas de até R\$ 50 mil contraídas por mutuários adimplentes ou que regularizem sua situação em até 180 dias após a regulamentação da lei.

Página 8

Senadores prestam homenagem a Brizola

Página 7

Agenda

Pauta do Plenário bloqueada

Por falta de acordo entre os líderes, não houve votação, na sessão de ontem, do projeto de lei de conversão (PLV 14/05) que abre crédito extraordinário em favor da Presidência, dos ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de cerca de R\$ 299,5 milhões. Por essa razão, a pauta continua bloqueada. A sessão deliberativa de hoje começa às 14h.

Presidente se reúne com líderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reúne com os líderes de partidos no Senado e na Câmara, às 11h, para discutir como serão investigadas as denúncias de pagamento do "mensalão". Às 14h45, Renan recebe Edmund Ho, chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China, e, às 16h, preside a ordem do dia em Plenário.

Comissões de inquérito

Às 9h, a CPI mista dos Correios volta a questionar o ex-chefe do Departamento de Compras e Administração da estatal, Maurício Marinho. Às 9h30, será instalada a CPI MLsta criada para investigar delitos praticados na emigração ilegal e assegurar direitos dos emigrantes. Às 14h, a CPI da Terra ouve o governador de Rondônia, Ivo Cassol.



Indústria do cinema brasileiro



A infra-estrutura e os mecanismos de distribuição do cinema brasileiro é o tema da audiência da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, às 10h. Entre os convidados, os presidentes da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes (Abradi) e sócio-diretor da Lumière/EBA, Bruno Weiner, e da Associação Brasileira das Empresas de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual (Abeica), Sílvia Rabello.

Dízimo partidário em discussão na CCJ

O primeiro item a ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em reunião marcada para as 10h, é o projeto que proíbe a contribuição partidária dos filiados que exercem cargos de indicação política na administração pública (PLS 384/03). A prática, conhecida como "dízimo", é prevista em quase todos os estatutos dos partidos, mas ganhou visibilidade por ser amplamente utilizada pelo PT.



Reforma do Judiciário

A comissão especial que discute as mudanças legislativas necessárias à efetivação da reforma do Judiciário reúne-se às 15h. Os parlamentares ouvem o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Vantuil Abdala, que fala sobre as alterações na Justiça trabalhista introduzidas pela reforma.

Indicações de embaixadores

Às 11h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa as indicações de Flávio Bonzanini, João Batista Cruz e André Amado para embaixadores no Congo, em Guiné-Bissau e no Japão. No mesmo horário, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) se reúne para examinar, entre outros itens, o projeto que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás (PLS 101/04).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Célio Azevedo

VOTAÇÕES Presidida por Hélio Costa (E), Comissão de Educação aprova, além de benefício a estudantes, inclusão de conteúdo sobre direitos das crianças

Bolsas de estudo poderão contar com recursos do FAT

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) poderão ser usados também para garantir bolsas de ensino superior a trabalhadores de baixa renda, empregados ou desempregados. A possibilidade está prevista no Projeto de Lei 60/05, do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), aprovado ontem, por unanimidade e em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE). Também foi aprovado por unanimidade, em turno suplementar, substitutivo de Cristovam Buarque (PT-DF) ao Projeto de Lei 315/04, de Patrícia Saboya (sem partido-CE), que torna obrigatória a inclusão, nos currículos do ensino fundamental, de conteúdo obrigatório que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes. Igualmente de caráter terminativo, a matéria poderá ser enviada diretamente à Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

Impactos de hidrelétrica em exame

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai realizar audiência pública com prefeitos de seis municípios do estado do Tocantins sobre os possíveis impactos causados pela instalação da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães no município de Lajeado (TO). O requerimento aprovado ontem, de autoria do presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), prevê convites aos prefeitos das cidades de Palmas, Porto Nacional,



J. Freitas

DEPOIMENTOS Leomar Quintanilha quer ouvir na comissão prefeitos de seis municípios do Tocantins

Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Miracema do Tocantins e Tocantínia.

A CMA também aprovou seis avisos encaminhados ao colegiado pelo TCU sobre auditorias realizadas pelo tribunal em órgãos públicos, entre elas a que avaliou a qualidade das obras realizadas em escolas públicas com recursos do FNDE.

Suassuna lembra 75 anos de revolta

Os 75 anos da Revolta de Princesa foram lembrados ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O conflito tem esse nome porque ocorreu no município paraibano de Princesa, hoje Princesa Isabel, em 1930. Uma das causas da revolta, liderada pelo coronel José Pereira Lima, foi a política tributária implementada pelo então presidente do estado, João Pessoa.

Além de se rebelar e enfrentar o governo estadual, a cidade criou seus próprios exército, hino e bandeira. O movimento só foi debelado após combates ferozes e cerca de 600 mortes – destacou Suassuna, ao recordar que o conflito ocorreu na mesma época da Revolução de 30.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Manifestantes pedem aprovação do referendo

“Referendo já.” A frase foi escrita com letras de cerca de dois metros de altura no gramado em frente ao Congresso Nacional. “Cada dia que passa são mais de 194 pessoas mortas por armas de fogo”, dizia uma faixa exibida por militantes de movimentos contra a violência e pelo desarmamento.

O objetivo é chamar a atenção dos deputados para que votem logo o projeto de decreto legislativo (PDS 950/03), de autoria do presidente Senado, Renan Calheiros, que convoca para outubro um referendo sobre a proibição de venda de armas.

Com a pauta da Câmara obstruída por cinco medidas provisórias e três projetos de lei com urgência constitucional, os manifestantes temem que os deputados não votem a proposição até o dia 30. Essa é a data limite de aprovação para que o referendo seja realizado ainda este ano, segundo o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Velloso.

Lobão apóia pleito das esposas de militares

O senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou apoio a reivindicação das esposas dos militares, que cobram reajuste salarial de 23% para a categoria, prometido em julho de 2004 pelo então ministro da Defesa José Viegas. O parlamentar recebeu ontem representantes da União Nacional das Esposas e Pensionistas de Militares das Forças Armadas Brasileiras (Unemfa), que estão acampadas na Praça dos Três Poderes desde 28 de abril.

A presidente da Unemfa, Ivone Luzardo, disse que as mulheres só vão sair do local quando o governo conceder o reajuste. Para manter a mobilização, se revezam em três turnos, mantendo sempre cerca de cem pessoas diariamente no acampamento. Ela lamentou que o presidente Lula “envie dinheiro para ajudar países do Terceiro Mundo, enquanto deixa os militares brasileiros em uma situação desesperadora”.

– O reajuste não é tão grande, o Tesouro pode cumprir esse compromisso – afirmou.



Deputado é convocado a prestar depoimento sobre esquema de propina em estatais que ele é acusado de chefiar; ex-funcionário dos Correios diz que é preciso investigar diversas áreas da empresa

Roberto Jefferson deporá na CPI dos Correios no próximo dia 29

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) será ouvido pela CPI dos Correios no dia 29, quarta-feira. Jefferson é acusado de chefiar esquema de propina em processos de licitação na estatal. Antônio Osório e Maurício Coelho Madureira, ex-diretores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), prestarão depoimento na terça-feira (28).

Amanhã, comparecerá à CPI o empresário Arthur Waschek Neto, responsável pela gravação da fita em que Maurício Marinho, ex-diretor do Departamento de Contratação e Administração de Materiais dos Correios, aparece

recebendo R\$ 3 mil em troca de favorecimentos.

Também prestarão depoimento Marcos Valério Fernandes de Souza, responsável pela publicidade dos Correios e um dos envolvidos na chamada crise do “mensalão”; sua secretária, Fernanda Karina Samaggio; Silvio Pereira, secretário-geral do Partido dos Trabalhadores; e Arlindo Molina, militar que teria chantageado Roberto Jefferson com a gravação que veio a ser divulgada pela revista *Veja*.

Serão ouvidos ainda Antônio Velasco, José Fortuna Neves, Joel Santos, João Carlos Mancuso,

Jairo Martins, Fernando Godoy, Roberto Salmeron, Marcus Vinícius Ferreira, Eduardo Medeiros, Edilberto Petry, Mauro Dutra, Hugo César Gonçalves, Américo Proietti, Luiz Otávio Gonçalves, Antônio Santos Pedreira, Cristiano Paz, Margaret Queiroz, João Henrique de Almeida Souza, Ricardo Henrique Caddah, Robison Viana da Silva, Carlos Eduardo Fioravanti Costa, José Chaves, João Marcos Pozzetti, José Gerarde Ponte Pierre, Clauzer Esteves, Edgard Lange, Eduardo Lins, Fernando Bitres, Júlio Imoto e Haroldo Marschner.

Num acordo entre governo e oposição, foram aprovados 110 dos 160 requerimentos apresentados até a última segunda-feira à noite. Segundo o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), os outros 50 requerimentos, além dos que foram apresentados na terça-feira, serão votados na próxima semana.

Entre os requerimentos, consta a solicitação da oposição de que a comissão se reúna às terças, quartas e quintas-feiras. O bloco também solicita o funcionamento do colegiado durante o recesso de julho.



EXPLICAÇÃO Marinho, ex-diretor dos Correios (à direita, ao microfone), presta esclarecimentos aos membros da CPI que investiga denúncias de corrupção na estatal



Fotos: Moreira Mariz

Marinho sugere que comissão examine diretorias

“Não sou bandido em nenhum grau, em momento algum pedi propina e não sou corrupto”, garantiu o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, durante reunião de ontem da CPI que está investigando denúncias de corrupção na estatal. Depois de afirmar que o departamento que chefiava não tinha poderes para interferir em licitações, ele sugeriu que a comissão investigue a existência de corrupção nos Correios dentro das diretorias e suas respectivas áreas de competência.

– Sei que falei demais, en-

volvi pessoas, trabalhei dentro dos Correios em assuntos que não eram da empresa. Recebi dinheiro, mas não pedi. Não estou me eximindo de minhas responsabilidades. Peguei os R\$ 3 mil. Eles ofereceram R\$ 15 mil como pagamento por uma consultoria que eu prestaria a uma multinacional quando ela se instalasse no país – disse.

Marinho negou ter amizade com o deputado federal Roberto Jefferson ou que tenha sido indicado por ele para chefiar o departamento. O funcionário enumerou cada uma das diretorias dos Correios e os responsáveis pelas indicações dos titulares. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) teria indicado

o diretor de recursos humanos; o senador Hélio Costa (PMDB-MG), o comercial; o deputado Michel Temer (PMDB-SP), o presidente; o ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, o diretor financeiro; o deputado Roberto Jefferson, o de administração; e o secretário do PT, Silvio Pereira, os diretores de operações e de tecnologia.

O depoimento de Marinho foi pautado por algumas polêmicas. Antes mesmo de iniciar sua fala, membros da comissão discutiram se deveriam ou não assistir a uma edição de 15 minutos da fita com as gravações do funcionário dos Correios, que tem 1h54m, feita pelo relator Osmar Serraglio

(PMDB-PR). Prevaleceu a opinião dos que não aceitaram a exibição da fita, a não ser na sua totalidade.

Também gerou debate entre os parlamentares o fato de Marinho não ter prestado juramento antes de iniciar seu depoimento. O presidente da CPI, Delcídio Amaral, resolveu que não seria necessário. O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) recorreu da decisão à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Outra polêmica foi quando Marinho insinuou que poderiam existir irregularidades nas duas diretorias cujos titulares foram indicados por Silvio Pereira.



Virgílio, Heloísa e José Jorge condenam atitudes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e intensificam as críticas ao governo. Sibá contesta acusações a José Dirceu e Valadares defende necessidade de corrigir "as mazelas que desmoralizam o Congresso"

Origem da corrupção está no Executivo, diz Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), afirmou ontem, em Plenário, que seu partido e as demais legendas de oposição não vão aceitar manobras que tentem desviar a atenção das denúncias de corrupção que envolvem o governo federal. Ele protestou contra as afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, divulgadas pela imprensa, segundo as quais a culpa pela atual crise política é do Congresso.

– Nós não vamos aceitar este tipo de tergiversação. Que o presidente Lula não tente jogar cortina de fumaça, pois queremos os fatos, a verdade. Não queremos a honra de nenhum inocente, mas sim que o país se passe a limpo e que o Congresso possa afirmar que tem espaço para a honradez, assim como tem a grande maioria da população brasileira.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

"MANOBRA" Para Arthur Virgílio, governo se desvia das denúncias ao culpar Congresso pela crise

Para o senador, apesar de ser verdade que a crise política tem ramificações no Legislativo, a origem do problema está no Executivo.

– Considero uma covardia cívica e política quando ele [Lula] tenta tapar o sol com a peneira – declarou.

Senador reafirma que oposição não é golpista

O senador Arthur Virgílio repeliu as acusações do ex-ministro José Dirceu de que a oposição é golpista.

– Não passa por nossa cabeça aceitar o jogo de se lançar na oposição a pecha de ser golpista, como no modelo já tentado por Chávez, na Venezuela, e, quem sabe, a ser repetido de maneira canhestra pelo presidente Lula – acrescentou.

O líder tucano reafirmou que a oposição é séria, comedida,

não golpista. “Digo, e espero que pela última vez, que a oposição não é golpista. José Dirceu tem de parar com essa história, senão vamos descer a ladeira, soltando os freios de uma vez.”

– Estamos sendo moderados, não em função deste governo marcado pela corrupção, mas em homenagem à normalidade institucional do país. Mas, chega de cortina de fumaça! A oposição já está perdendo a

Virgílio disse que o Parlamento fará uma cruzada pela apuração das denúncias.

– Não conheço ninguém que queira entrar nessa cortina de fumaça e que imagine que a vida pública seja esse saco de gatos em que tentam colocar todo mundo. Temos tudo para fazer um bom trabalho – ressaltou, ao propor que a CPI dos Correios estenda as investigações à questão do “mensalão” (pagamento mensal que deputados que integram a base de apoio do governo receberiam para votar a favor das matérias de interesse do Executivo, segundo denúncia do deputado Roberto Jefferson, do PTB-RJ).

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), em aparte, também reconheceu que a crise atinge o Congresso, mas frisou que o cerne da discussão aponta para Palácio do Planalto.

paciência, como a nação parece ter perdido há muito tempo – declarou.

Virgílio afirmou ainda que José Dirceu volta à Câmara “não como inquisidor, mas para dar explicações à nação”.

– Tratei do retorno dele com parcimônia, devido até a minha formação de esportista, que não gosta de chutar em quem cai. Mas, se a disposição de Dirceu é fazer guerra com a oposição, ele a terá – alertou.



ELOGIO Ao falar sobre o ex-ministro, Sibá ressalta sua confiança “na honestidade desse grande guerreiro”

Sibá repudia acusações feitas a José Dirceu

O senador Sibá Machado (PT-AC) mostrou-se indignado com as críticas feitas ao ex-ministro José Dirceu. O senador disse ter

certeza da “honestidade desse grande guerreiro”, protestando contra suspeitas de envolvimento de Dirceu em denúncias de corrupção.

A indignação de Sibá também se estendeu ao depoimento, à Polícia Federal, do ex-diretor dos Correios Maurício Marinho, flagrado recebendo propina. O petista classificou como “molecagem” o fato de Marinho ter negado, no depoimento, conhecer o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que, na filmagem, disse estar envolvido em desvios nos Correios.

Sibá destacou ainda a aprovação, pela Comissão de Justiça (CCJ), da indicação de Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para o cargo de procurador-geral da República.

Para José Jorge, Lula perdeu a autoridade

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou ser “uma meia verdade” a frase dita ontem pelo presidente da República: “Ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito neste país”.

Para o parlamentar, o presidente tem um passado que lhe permitia combater a corrupção. Mas José Jorge ressaltou que a postura atual de



CRÍTICA Passado do presidente da República é negado por sua postura atual, afirma José Jorge

Lula não lhe confere mais tal “autoridade”. Para o senador, o governo transformou a comissão que investiga as denúncias nos Correios em uma “CPI chapa-branca”.

"Delinquentes de luxo lotearam o governo"

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considera que o aparecimento de denúncias de corrupção é consequência da forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva distribuiu os cargos do Estado. Ela afirmou que os cargos foram oferecidos a pessoas e partidos que são “delinquentes de luxo”, que no passado já se



ERRO Para Heloísa, corrupção foi causada pela forma com que os cargos públicos foram distribuídos

aproveitavam do poder público para obter vantagens.

Heloísa ressaltou que não fazia ataque pessoal a Lula, “respeitado pelo seu passado

e por sua honestidade”. Ela observou, no entanto, que considera impossível haver corrupção sem o conhecimento do presidente.

– Se hoje tem delinquentes de luxo, eles foram nomeados pelo presidente – declarou.

A senadora disse que o Congresso é visto como uma Casa desmoralizada e “merece esta fama, já que alguns parlamentares se comportam como lideranças vendidas”. Ela frisou que só uma CPI pode esclarecer os fatos e mostrar os inocentes.



RESPONSABILIDADE “Ninguém da oposição quer derrubar as instituições do país”, diz Valadares

Valadares destaca papel relevante do Congresso

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que 2005 é o ano em que o Congresso tem a oportunidade de corrigir

as mazelas que o estão desmoralizando. O senador observou que, apesar da gravidade do momento, as instituições estão funcionando, sem risco de golpe de Estado. Ele lembrou que em ano eleitoral, como 2006, surgem denúncias e que a oportunidade de corrigir as imperfeições das instituições brasileiras é agora.

– O Executivo deve governar; o Judiciário deve investigar; e o Legislativo deve legislar e investigar. Ninguém da base oposicionista está interessado em derrubar as instituições deste país – frisou o senador.

Para Valadares, as investigações devem ser realizadas, mas sem interromper o encaminhamento de proposições como a reforma política.



O presidente do Congresso, Renan Calheiros, se encontra hoje com líderes partidários do Senado e da Câmara para definir formato das investigações de corrupção nos Correios e do "mensalão"; Agripino cobra de parlamentares missão de "passar o país a limpo"

Agripino: governo e oposição têm responsabilidade igual na CPI

"Os cidadãos estão entregando a lisura das instituições a nós. Se falharmos, vamos todos pelo ralo", afirmou ontem o líder do PFL, José Agripino (RN). Ele informou que, no último fim de semana, conversou em São Paulo com pessoas de todas as classes sociais e saiu convicto de que a sociedade coloca nas

mãos dos parlamentares a missão de passar o país a limpo. Por isso, observou, a responsabilidade dos governistas é igual à daqueles que representam a oposição nos trabalhos da CPI que investiga denúncias de corrupção nos Correios.

Para Agripino, as pessoas esperam que o Brasil que resultará

da CPI seja um país melhor. Ele disse que isso só ocorrerá "se os parlamentares forem fundo nas investigações e não se intimidarem diante de pressões", e que o papel da oposição será o de inquirir e exigir que tudo seja investigado.

– Eu não vou me intimidar. É preciso saber quem criou a idéia

de comprar parlamentares com dinheiro público, de quais órgãos saíram os recursos, quem foi usado para operacionalizar essas ações e para as mãos de quem foi o dinheiro – afirmou.

Agripino pediu que o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), ouça o recado da população.



Roosevelt Pinheiro

COBRANÇA "Os cidadãos nos delegam a lisura das instituições. Se falharmos, vamos todos pelo ralo", diz Agripino

Jane Araújo



SÍNTESE Demostenes (E), relator da comissão que investiga denúncias em Rondônia, e Sibá, seu presidente, pediram a funcionários que façam compilação

Comissão assiste a gravações com denúncias sobre Rondônia

Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Demostenes Torres (PFL-GO) – presidente e relator da comissão externa criada para investigar indícios de corrupção em Rondônia – devem ouvir, antes da reunião de amanhã, os principais trechos das gravações que comprovam as denúncias. Na ocasião, quatro deputados e um ex-deputado prestarão depoimentos.

Os senadores pretendiam ouvir na íntegra todas as gravações. No entanto, ao verificar que gastariam mais de 15 horas, solicitaram a funcionários de seus gabinetes e da secretaria

da comissão que fizessem o trabalho. Eles vão compilar os trechos mais relevantes.

Ao todo, são oito CDs e duas fitas de vídeo com gravações feitas pela Polícia Federal e pelo deputado estadual Chico Paraíba (PMDB), um dos suspeitos de pedir propina de R\$ 50 mil ao governador do estado, Ivo Cassol, em troca de apoio a projetos do Executivo. A comissão requisitou, ainda, as fitas de áudio e vídeo, sem edição, que a TV Globo usou para as reportagens exibidas no *Fantástico* no mês de maio, mas ainda não recebeu o material.

Pavan teme que acusações atinjam imagem de toda a classe política

Ao final da sessão deliberativa de ontem, Leonel Pavan (PSDB-SC) dirigiu-se ao presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmando que as recentes denúncias de corrupção podem atingir todo o Congresso e a classe política. Pavan disse que o atual momento político do país é uma "confusão criada pelo próprio governo", o que tem gerado grande insatisfação popular.

– Precisamos que haja manifestação do Senado, porque não pode-

mos ser jogados todos na mesma vala. A classe política está pagando preço alto em função de alguns poucos corruptos – assinalou.

O senador acredita que é dever do Senado tomar providências imediatas para esclarecer à opinião pública que "apenas uma minoria se entregou aos braços do governo por meio de propinas". Ele ressaltou que os senadores trabalham diariamente, com seriedade e em benefício da população brasileira.

Renan define com líderes rumos de investigações

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, anunciou que vai reunir às 11h de hoje os líderes dos partidos no Senado e na Câmara para decidir sobre como serão investigadas as denúncias de pagamento do "mensalão". De acordo com o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o "mensalão" seria uma quantia mensal paga a deputados federais para que votassem no Congresso de acordo com a orientação do governo.

Os assuntos que constam da pauta da reunião são a criação de comissão mista (de senadores e deputados) de inquérito para apurar o caso; a ampliação dos objetivos da comissão já instalada (CPI que investiga denúncia

de corrupção nos Correios); e a continuidade das investigações do Conselho de Ética da Câmara. Há ainda a possibilidade de uma CPI exclusiva da Câmara. A opção por uma comissão só do Senado foi descartada por Renan, que também preside esta Casa.

– Eu vou conversar com os líderes e eles vão decidir o que fazer para garantir a efetividade da investigação. A sociedade cobra isso de nós. E nós temos que investigar, responsabilizar e, se for o caso, punir, e punir exemplarmente – assinalou Renan.

O presidente do Senado afirmou que, se houver recesso parlamentar em julho, a comissão

continuará funcionando e que o Congresso não será paralisado em função da investigação.

– O Congresso vai continuar trabalhando, até porque é a única maneira que ele tem para recuperar o respeito da população – enfatizou.

Credibilidade

Renan defendeu ontem o resgate do respeito, credibilidade e legitimidade da atividade parlamentar. Ele se manifestou nesse sentido ao receber o presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), deputado José Távora, que anunciou a idéia de criar em todo o país um movimento pela ética na política.

Movimentos sociais entregam carta a Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem dos representantes da Coordenação dos Movimentos Sociais cópia da Carta ao Povo Brasileiro, em que entidades representativas da sociedade civil e organizações não-governamentais protestam contra a "desestabilização do governo", pedem agilidade na reforma política e mudanças na economia. Estavam presentes, entre outros, o presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, e o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta.

– É insuficiente ficar no "denuncismo". Precisamos promover mudanças que ataquem as causas dos problemas que temos enfrentado, além de assegurar a governabilidade – sustentou Stédile, referindo-se às denún-



Gentilto Magela

RESSONÂNCIA Renan Calheiros (de terno à direita) ouve João Pedro Stédile, do MST, na cerimônia em que recebeu cópia da Carta ao Povo Brasileiro

cias de corrupção feitas pelo deputado Roberto Jefferson.

Renan disse que é necessário garantir a governabilidade sem deixar de investigar nenhuma denúncia. Recentemente, o senador encaminhou ao presidente da República um conjunto de propostas para diminuir a burocracia estatal, reduzir a

carga tributária e combater a corrupção.

Assinam o documento o MST, a UNE, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outras, num total de 40 organizações.



CRÉDITOS Tião Viana destaca que a nova ministra tem títulos de mestrado e doutorado em Economia

Para Tião Viana, currículo credencia Dilma

Tião Viana (PT-AC) afirmou que a nova ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem um currículo que a credencia ao posto, apesar de reconhecer que alguns senadores a criticaram quando estava no Ministério de Minas e Energia.

– Dilma Rousseff é reconhecida por seus méritos e por sua vida – afirmou ele, em referência aos cargos que já ocupou e à sua militância política. Tião Viana lembrou que ela é graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Teoria Econômica pela Universidade de Campinas, onde fez doutorado em Economia.



EXPERIÊNCIA Paim destaca a seriedade e a trajetória política da escolhida no combate à ditadura

Paim: escolha da ministra quebrou mais um tabu

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que o governo Lula quebrou mais um tabu ao nomear Dilma Rousseff para a Casa Civil: ela é a primeira mulher a ocupar o cargo. O senador destacou a competência, a seriedade e a responsabilidade da ministra no trato com o interesse público, lembrando também sua trajetória política de combate à ditadura.

Paim também saudou a recente nomeação da primeira desembargadora negra do Brasil, a juíza federal Neusa Maria Alves da Silva, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da Bahia.

CCJ aprova indicado de Lula para procurador-geral

■ Antonio Fernando Barros e Silva de Souza ainda precisa ter o nome aceito pelo Plenário

Por 20 votos sim e 1 não, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem o nome do jurista e professor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da República, no lugar de Cláudio Lemos Fonteles, que deixa o cargo ao término de seu mandato de dois anos. A indicação presidencial ainda precisa de aprovação no Plenário do Senado.

O relator da mensagem presidencial, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou parecer favorável, afirmando que o candidato certamente seguirá o mesmo caminho de “trabalho duro, isento e independente que caracterizou Fonteles”.

Em sua exposição, Antonio Fernando lembrou ser integrante do Ministério Público há mais de 30 anos e disse que sempre se preocupou em



APROVAÇÃO Antonio Fernando (E), ao lado de Antonio Carlos, debate com membros da comissão temas relacionados ao Ministério Público

responder positivamente aos novos poderes do MP criados pela Constituição, em especial na investigação dos crimes do colarinho branco. Antonio Fernando ressaltou que cabe ao MP a defesa do meio ambiente e dos interesses da população, sobretudo das causas dos idosos, crianças e portadores de necessidades especiais.

O professor Antonio Fernando disse ter consciência da expectativa do país em relação ao MP, prometendo empenhar-se no seu aperfeiçoamento, melhorando os procedimentos de maneira isenta e apartidária,

e cumprindo fielmente os deveres de fiscalização definidos na Constituição.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) admitiu ter trabalhado pela indicação de uma mulher para a procuradoria, mas afirmou ter ficado satisfeita com o nome de Antonio Fernando.

– Todos sabemos que Fonteles agiu com independência e agilidade. O governo Lula não ficou apreensivo com sua autonomia. Se agir da mesma forma, isso será bom para o governo e a sociedade – declarou a senadora.

Mercadante elogia política de combate à corrupção

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou ontem que a indicação presidencial do jurista Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para ocupar o cargo de procurador-geral da República é mais uma confirmação da disposição do governo no combate à corrupção.

Mercadante observou que o procurador dará continuidade ao trabalho de seu antecessor, Cláudio Fonteles. De vida acadêmica e currículo exemplares, ele foi várias vezes indicado pelo Ministério Público para ser o procurador-geral, observou o líder. Ele acrescentou que Antonio Fernando poderá



EXEMPLO Mercadante diz que Antonio Fernando poderá aperfeiçoar o Ministério Público

eliminar alguns abusos do MP, aperfeiçoando a instituição.

O senador registrou o pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feito ontem em Luziânia (GO). Lula disse que irá investigar qual-

quer indício de corrupção, além de reconhecer a prerrogativa do Congresso para, por meio das comissões parlamentares de inquérito, complementar as apurações da Polícia Federal e do Ministério Público.

Mercadante prestou também homenagem a Leonel Brizola, falecido há um ano. O parlamentar também apresentou condolências aos familiares da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pela perda de sua mãe, Helena Salvatti, e aos familiares de Paulo Afonso Martins de Oliveira, ex-secretário-geral da Mesa da Câmara e ministro do Tribunal de Contas da União, também falecido ontem.

Tomam posse integrantes do Conselho do MP

Tomaram posse ontem os integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público, órgão que fiscalizará a gestão administrativa e financeira do Ministério Público, além de zelar pelo cumprimento dos deveres dos procuradores. Presentes à solenidade o pro-

curador-geral da República, Cláudio Fonteles; o vice-presidente do Senado, Tião Viana; o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala; e o presidente

do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato.

– O Conselho Nacional do Ministério Público aperfeiçoa e fortalece o Ministério Público, na medida em que aumenta a sua taxa de cidadania – destacou Busato.

ACM critica cancelamento de empréstimo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou “um crime do governo federal” contra a Bahia o cancelamento do contrato com o Banco Mundial para a conclusão do metrô de Salvador. Segundo o parlamentar, o governo da Bahia e a prefeitura da capital já investiram muitos recursos nas obras do metrô. Ele acrescentou que a medida também irá afetar as obras dos metrôs de Pernambuco, Ceará e Minas Gerais e que não é verdadeira a promessa do ministro das Cidades, Olívio Dutra, de alocar recursos do Orçamento para a conclusão das obras.

– O ministro não colocou nem vai colocar recursos no Orçamento para essa finalidade. É uma mentira – acusou.



CAOS César Borges observa que a capital baiana precisa com urgência do metrô para melhorar o trânsito

É vingança de Olívio Dutra, diz César Borges

César Borges (PFL-BA) lamentou que o governo federal tenha decidido não mais aceitar um empréstimo externo para conclusão das obras do metrô de Salvador. O empréstimo, de US\$ 52 milhões, acertado com o Banco Mundial, já estava em execução, mas o governo argumentou que o objetivo é evitar o aumento do endividamento externo do país.

– Isso é uma mentira. O povo de Salvador, que deu 90% dos votos ao candidato Lula no segundo turno, está revoltado e indignado com essa traição. Só pode ser uma vingança do ministro das Cidades, Olívio Dutra, porque, em seu governo no Rio Grande do Sul, ele perdeu a fábrica da Ford, que acabou se instalando na Bahia – denunciou o parlamentar.

Ele ponderou que Salvador precisa com urgência do metrô, pois o trânsito da cidade está se tornando um caos.

Pesar pela morte do ex-ministro Paulo Afonso

O Plenário aprovou dois requerimentos de pesar pela morte, ontem, do ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Paulo Afonso Martins de Oliveira, e da mãe da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Helena Salvatti. Também foi aprovado requerimento de lembrança pelo primeiro aniversário da morte do ex-presidente do PDT Leonel Brizola.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou que Paulo Afonso, que também foi secretário-geral da Câmara dos Deputados, é um exemplo a ser seguido no serviço público. O senador disse que ele sempre se destacou pela dedicação, experiência, serenidade, aplicação dos princípios democráticos, equilíbrio e zelo na gestão da coisa pública em todas as funções exercidas.

Diversos senadores se associaram à homenagem. Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que, ao chegar ao Congresso, o então secretário-geral da Câmara era o seu "andajá", fornecendo ensinamentos e conselhos importantes para sua atuação parlamentar. Segundo Marco Maciel (PFL-PE), Paulo Afonso era eficiente e capaz de interpretar com brilho

e competência as questões do embate legislativo.

Na avaliação de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o ex-ministro do TCU era exemplo de funcionário do Legislativo brasileiro, agindo com absoluta isenção, competência e imparcialidade. Para Tasso Jereissati (PSDB-CE), o homenageado encarnava tudo aquilo que se espera do bom servidor público.

Elogiaram ainda a atuação de Paulo Afonso os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), que destacou seu talento invulgar e correção a toda prova; Edison Lobão (PFL-MA), para quem o ex-ministro deixou um rastro de competência no Legislativo; Maguito Vilela (PMDB-GO), que sempre viu nele um comportamento exemplar; e Tião Viana (PT-AC), que se associou às homenagens.

PEC Paralela

Na sessão de ontem, foi lido requerimento de urgência do senador Paulo Paim (PT-RS) para votação da PEC Paralela, que ameniza efeitos da reforma previdenciária para os servidores. A urgência, segundo Paim, é fruto de acordo entre líderes governistas e oposicionistas. A expectativa é que o Senado vote a PEC antes do recesso.

Tourinho vai apressar parecer da PEC Paralela

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) informou ao Plenário que apresentará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu parecer sobre a chamada PEC Paralela da Previdência em 48 horas, o que tornará possível a votação da matéria nos próximos dias. A proposta, elaborada no final de 2003, contém as mudanças que os senadores exigiam, visando amenizar os efeitos da reforma da Previdência.

Com a PEC Paralela, os senadores aprovaram à época, em definitivo, a reforma previdenciária sem mexer no texto dos deputados, o que permitiu sua promulgação no final de dezembro de 2003. A PEC Paralela foi enviada ao exame dos deputados no início de janeiro de 2004, tendo retornado ao Senado há poucos meses. Ela só voltou à análise da Casa porque os deputados modificaram o seu conteúdo.



Fotos: Roosevelt Finheiro
DECISÃO Iniciativa de Rodolpho Tourinho tornará possível a votação no Plenário ainda este mês

Desde a reforma previdenciária, só poderá se aposentar no serviço público quem completar 55/60 anos de idade (mulher/homem) e tiver contribuído por 30/35 anos, sendo 20 anos no funcionalismo, dos quais os últimos dez anos na mesma função pública.

Os novos servidores terão sua aposentadoria limitada ao mesmo valor do teto de benefício do INSS (cerca de R\$ 2.500). Eles terão, no entanto, a oportunidade de aderir a um fundo de aposentadoria complementar do funcionalismo, que ainda depende de regulamentação.

Senadores exaltam legado de Brizola à democracia

Luta empreendida pelo político gaúcho ao longo de meio século da vida nacional é destacada em Plenário

Coerência, firmeza e comportamento ético em mais de meio século de luta na defesa dos valores democráticos foram qualidades destacadas ontem, em Plenário, por senadores de vários partidos, durante homenagem ao ex-parlamentar, ex-governador e fundador do PDT Leonel Brizola, no primeiro aniversário do seu falecimento.

Com a afirmação de que ninguém era mais verdadeiro do que o político gaúcho, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que Brizola tinha conselhos a dar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas foi impedido pelo "núcleo duro do poder".

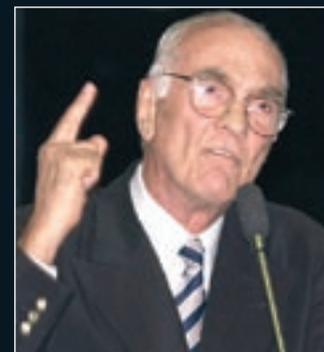
Entre os episódios que o homenageado liderou, Mão Santa destacou a Campanha da Legalidade, que visou garantir a posse do vice-presidente João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) frisou que o PDT foi o primeiro partido que se preocupou em incluir em seu núcleo a participação dos negros. Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que, quando sofria o processo de expulsão do PT, Brizola ofereceu-lhe a sua legenda como abrigo.

Manifesto

Já o líder do PDT, Osmar Dias (PR), leu a íntegra do Manifesto de Porto Alegre, carta divulgada pelo Diretório Nacional do PDT na última segunda-feira, aniversário da morte de Leonel Brizola. No documento, o partido pede a apuração completa e a punição de todos os envolvidos nos recentes e "espantosos episódios de corrupção".

A carta do PDT também um protesto contra a tentativa do governo de interferir nos trabalhos da CPI dos Correios e pede a imediata criação da CPI do Mensalão. O PDT lamenta, ainda, as semelhanças entre o governo atual e a administração Fernando Henrique.

Osmar Dias elogiou o legado do líder trabalhista e aproveitou para reiterar que o PDT não deseja transformar a CPI dos Correios num "palanque políti-



TRIBUTO Mão Santa diz que Brizola tinha conselhos a dar a Lula, mas foi impedido pelo "núcleo duro do poder"; Osmar lê manifesto em que PDT pede apuração completa das denúncias de corrupção; Simon afirma que homenageado tinha "aguda visão da conjuntura nacional e internacional"; Saturnino lembra capacidade de argumentação e dedicação à política; Leonel Pavan diz que líder trabalhista teria vergonha do atual governo

co". Em aparte, foi apoiado por Jefferson Péres (PDT-AM).

Estadista

Conforme Pedro Simon (PMDB-RS), Brizola foi um estadista e um dos maiores políticos do século 20, com aguda visão da conjuntura nacional e internacional, e um "comandante político" comparável a Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Simon relatou um episódio ocorrido no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, quando Brizola procurou Lula para sugerir que ambos – respectivamente em segundo e terceiro lugares – abrissem mão de suas candidaturas em favor de Mário Covas, o quarto colocado. Ele achava que Covas estaria mais habilitado a enfrentar Fernando Collor. Simon recebeu apartes de Paulo Paim, Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marco Maciel (PFL-PE).

Honradez

Roberto Saturnino (PT-RJ) exaltou a capacidade de argu-

mentação, arregimentação e dedicação à política de Brizola, que, nascido no Rio Grande do Sul, adotou o Rio de Janeiro como base de construção e projeção de seu ideário político.

– Brizola nunca duvidou da capacidade de realização dos destinos maiores do país. Era um homem de grande probidade e honradez.

Ao elogiar o "saudosos e querido amigo", Leonel Pavan (PSDB-SC) revelou que seu nome foi escolhido em homenagem ao líder trabalhista. Ele fez um pequeno resumo de sua trajetória política ao lado de Brizola, a partir de 1981, quando se filiou ao PDT e foi eleito vereador em Balneário Camboriú (SC).

– Presto aqui homenagem a esse grande homem público de que o Brasil, país que ele sempre defendeu, se orgulha – assinalou Pavan, para acrescentar que, se Brizola fosse vivo, "estaria envergonhado" com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva".

Agricultores familiares poderão renegociar dívida de até R\$ 50 mil

■ Proposta beneficia pequenos produtores do Norte, Nordeste e de outras áreas da Adene

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) que autoriza a repactuação e o alongamento de dívidas contratadas por agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste e de alguns municípios

Ministério apresenta lista de infratores da LRF

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), informou ontem que recebeu do Ministério da Fazenda resposta a requerimento referente aos municípios que tenham descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Resolução 43/01, sobre o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).

O senador César Borges (PFL-BA) lembrou que o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), havia incluído Salvador e o Rio de Janeiro entre as cidades em situação irregular, juntamente com São Paulo e outras de menor porte. O objetivo, segundo o parlamentar baiano, era caracterizar as duas capitais também como beneficiárias da Medida Provisória 237/05, que permitiu a regularização das operações do Reluz em desacordo com a LRF. A lista do ministério, entretanto, confirmou apenas a capital paulista, ao lado de quatro municípios gaúchos e quatro catarinenses.

– Agora fica bem claro quem é que precisaria ser atendido pela medida. Como acabamos de ver, somente São Paulo é que estava ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal – reclamou.

Mercadante reafirmou que a MP beneficiou 130 municípios, inclusive as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. Ele também se comprometeu a apresentar dados sobre o assunto.

situados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

O substitutivo ao PLS 517/03, apresentado pelo relator da matéria na CAE, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), prevê a renegociação de dívidas de até R\$ 50 mil contraídas por mutuários adimplentes ou que regularizem sua situação em até 180 dias após a regulamentação da lei. Como foi fruto de substitutivo, a proposta vai ser votada ainda em turno suplementar na comissão.

Durante o debate do projeto,

César Borges lembrou que, inicialmente, sua intenção foi elevar o teto de renegociação das dívidas para R\$ 100 mil, mas, por proposta do governo junto ao relator da matéria, esse limite foi reduzido para R\$ 50 mil. Após Jonas Pinheiro ter aceitado a redução, continuou o autor do projeto, o governo teria alegado que “R\$ 50 mil era muito pouco”.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que o limite original de R\$ 100 mil, sugerido por César Borges, além de ter

sido fixado sem embasamento nos dados disponíveis, só aumentaria em 2% o número de contratos inadimplentes a serem beneficiados.

– Para o limite de até R\$ 35 mil, existem 168 mil contratos inadimplentes. Com R\$ 50 mil, o número de contratos sobe para apenas 176 mil. Vamos crescer menos de 5% da inadimplência, dobrando o impacto, do ponto de vista do superávit primário, e vamos prejudicar a disponibilidade de recursos nos fundos constitucionais – acrescentou.



CONFIRMAÇÃO Substitutivo sobre repactuação de débitos deverá ainda ser votado em turno suplementar pela CAE

Comissão aprova crédito para modernizar tribunais

Por decisão da CAE, o governo foi autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 38,6 milhões, para financiar parte do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex).

O programa tem o objetivo de modernizar e integrar os tribunais de contas estaduais e municipais, com metas para aperfeiçoar procedimentos de auditoria e garantias à transparência das informações, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

– São medidas que contribuem para o fortalecimento institucional dos tribunais e o controle da coisa pública pela sociedade – afirmou o relator Demostenes Torres (PFL-GO).

A comissão aprovou também

projeto de lei da Câmara (PLC 89/04) que autoriza o governo a efetuar contribuições anuais de até US\$ 20 mil para a manutenção do escritório do Grupo Intergovernamental dos 24 (G-24), em Washington, nos Estados Unidos, bem como para o respectivo fundo de pesquisa.

As duas matérias seguem para o Plenário, onde, por requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), serão apreciadas em regime de urgência.

O senador César Borges (PFL-BA) pediu vista de mensagem para contratação de uma segunda operação junto ao BID, no valor de US\$ 33 milhões, para o Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo). Ele disse se tratar de um “ato de protesto” contra decisão do Ministério das Cidades de cancelar parte do empréstimo do BID para o metrô de Salvador.

Audiência pública com diretoria do Banco Central

A CAE aprovou ainda requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que seja realizada audiência pública com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e sete diretores da instituição. Eles devem prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados na definição mensal da Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Suplicy afirma no requerimento que a presença da diretoria do BC no Senado “reveste-se de grande importância para esclarecer ao Parlamento e à sociedade brasileira acerca do processo decisório de fixação da Taxa Selic”. A audiência, segundo o texto, “dará um grande passo no processo de democratização da política monetária”. Ele ressalva, porém, que a política desenvolvida pelo BC “é correta e está tendo sucesso”.



MANOBRA Matéria de jornal reforça suspeitas sobre manipulação de recursos dos fundos, diz Heráclito

Heráclito faz alerta sobre fundos estatais

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) citou ontem, em Plenário, a reportagem “Operação chapa-branca”, publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, que levanta a suspeita de reforço na atuação dos fundos de pensão estatais no mercado de ações, para barrar a fuga de investidores estrangeiros e, assim, evitar possíveis danos à economia. Segundo Heráclito, a matéria endossaria o alerta da oposição sobre a “manipulação” de recursos do fundo de pensão pelo governo.

Nezinho Alencar condena ação do Incra em Juarina

A superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Juarina, Tocantins, recebeu críticas do senador Nezinho Alencar (PSB-TO). Segundo ele, o titular do órgão vem retirando famílias de propriedades compradas há quase 20 anos e colocando no lugar pessoas recém-chegadas à cidade. O parlamentar – que afirmou sua confiança no governo Lula, no ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e no presidente do Incra, Rolf Hackbart – disse esperar que o atual superintendente seja substituído no posto.



DENÚNCIA Nezinho: Incra retira antigos donos de suas terras e põe no lugar recém-chegados à cidade